REQUERIMENTO Nº 350/2018

Excelentíssimo Senhor
Adair Otaviano de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Os Vereadores que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem de Vossa Excelência, depois de ouvido o Soberano Plenário, que seja instaurada no Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para investigar como fato determinado, o cadastramento de cerca de 26.200 imóveis pelo Poder Executivo Municipal, na qual no ano de 2017 tiveram valores lançados de IPTU abaixo do valor de cota básica, com indício de possível caracterização de renúncia de receita tributária como ato de improbidade administrativa lesivo ao erário.

Justificativa

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, em anexo segue cópia em CD-R de cerca de 26.200 imóveis que tiveram IPTU lançados em 2017 com valores abaixo do valor da cota básica. Tais documentos foram fornecidos pela Prefeitura Municipal de Divinópolis, através do nosso Requerimento de nº 021/2018, de 19 de janeiro de 2018.

Após meses de análises, estudos e cálculos, os fatos preliminares, que tiveram como base tais documentos, apontam para uma possível caracterização de renúncia de receita tributária como ato de improbidade administrativa lesivo ao erário pelo Poder Executivo, através do cadastramento de cerca de 26.200 de imóveis com valores mais baixos que os da cota básica, um quantitativo que salientamos ser muito vultuoso perante o município. Ademais, o contexto político, administrativo e jurídico de tais atos é muito amplo e revela muitas outras nuances que merecem nossa completa investigação, envolvendo Prefeitos, Secretários de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, investidores, mercado imobiliário, dentre outros agentes.

Senhor Presidente, este é o fato que nos cumprem trazer a conhecimento, requerendo, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que o cadastramento destes milhares de imóveis devem ser analisados, investigados, por revelarem potencial ocorrência de atos administrativos e jurídicos lesivos ao erário público e que serão capitulados e tipificados conforme o desenrolar das investigações. Ao final, por entendermos que este requerimento atendeu as exigências definidas nos

dispositivos do Regimento Interno, solicitamos a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Divinópolis, 29 de novembro de 2018

VEREADOR EDSON SOUSA

VEREADOR ADAIR OTAVIANO

VEREADOR ADEMIR SILVA

VEREADOR CÉSAR TARZAM

VEREADOR CLEITINHO AZEVEDO

VEREADOR DR. DELANO

VEREADOR EDUARDO PRINT JR

VEREADORA JANETE APARECIDA

VEREADOR JOSAFÁ

VEREADOR MARCOS VINÍCIUS

VEREADOR NÊGO DO BURITI

VEREADOR RAIMUNTO NONATO

VEREADOR RENATO FERREIRA

VEREADOR RODRIGO KABOJA

VEREADOR ROGER VIEGAS

VEREADOR SARGENTO ELTON

VEREADOR ZÉ LUIZ DA FARMÁCIA